



Presidência da República
Casa Civil
Secretaria de Administração
Diretoria de Gestão de Pessoas
Coordenação – Geral de Documentação e Informação
Coordenação de Biblioteca



BIBLIOTECA DA
PRESIDÊNCIA
DA REPÚBLICA

Entrevista ao Jornal Canadense *The Globe and Mail*

Jornalista: A impressão que o mundo tem do Brasil talvez não seja a mesma do senhor. Então, gostaria de saber o que o senhor valoriza no Brasil, o que gostaria de jogar fora, e o que gostaria de preservar e melhorar?

Presidente: Poderíamos nos utilizar de uma imagem para melhor detalhar a resposta. A imagem do Brasil não era boa, nem interna e externamente. Ou seja, a visão que se tinha do Brasil lá fora não era muito diferente da que se tinha aqui dentro.

Eu utilizaria a imagem de uma empresa: a «Brazilian Corporation». Essa empresa possuía uma administração incompetente que a estava levando à falência. Naturalmente os acionistas dessa empresa, a população brasileira, estavam insatisfeitos com essa administração, do mesmo modo que outros acionistas, os estrangeiros, estavam com dificuldades em aceitar a situação. Todos estavam com uma visão do Brasil real, que era a de uma administração sem a competência devida para gerir essa grande empresa.

Chegou o momento em que os acionistas resolveram mudar a direção. E a mudança ocorreu com a realização de eleições pelo voto direto, a primeira em 29 anos. Então, mudou a gerência da «Brazilian Corporation» e a nova diretoria, quando assumiu

o comando dessa grande empresa, começou a tomar todas as medidas cabíveis, necessárias e imprescindíveis para recuperá-la com a meta de readquirir a confiança dos seus acionistas nacionais e daqueles que participam com capital externo, visando a inserção do Brasil na modernidade.

A partir da posse do novo Governo, a imagem que os acionistas têm desta «Empresa Brasil» é outra. A mudança da direção trouxe a esperança de que a situação melhorasse e medidas efetivas fossem tomadas. Hoje já saímos desse estágio da esperança e ingressamos no estágio da confiança, que tem a população brasileira, de que o caminho adotado é o correto e que as medidas que foram tomadas eram as absolutamente necessárias. Essa consciência também está chegando lá fora, embora de uma forma mais lenta, dificultada por erros seguidos do passado nas relações do Brasil com seus credores internacionais, por exemplo.

Mas lá fora há a sensação de que algo mudou no Brasil. Os sinais são extremamente positivos, os resultados já são palpáveis. Estamos jogando fora a intervenção estatal, o corporativismo, a corrupção, as mordomias e a falta de responsabilidade na condução dos negócios públicos. Estamos aproveitando esse extraordinário material humano de que o Brasil dispõe, que une sua população, seu sentimento e seus ideais. Nós lidamos com ideais e não com interesses particulares de pessoas ou de grupos. O que estamos aproveitando é esse sentimento de mudanças, esse sentimento da sociedade brasileira de reconstruir a Nação em bases mais sólidas de bem-estar social, de solidariedade e de absoluta responsabilidade para com o futuro da nossa Pátria.

Inflação

Jornalista: Pode-se afirmar que um tema muito valorizado do Brasil é a cultura brasileira; outro é o povo trabalhador. Qual dos dois o senhor colocaria como primordial?

Presidente: Chegamos à Presidência da República e a primeira constatação foi de que tudo é emergencial, tudo é primordial, tudo necessita ser atacado rapidamente, porque os erros se somaram ao longo dos anos e se potencializaram. Por isso estamos atacando em várias frentes. Mas o ponto fundamental que nos dispusemos a atacar desde o início do Governo, está sendo a inflação. Sem que acabássemos com a inflação, sem que promovêssemos uma luta sem tréguas contra o processo inflacionário, não haveria nenhuma possibilidade de atendermos às justas demandas do trabalhador, da cultura, do setor privado, dos industriais, da educação, da saúde e da habitação.

Fundamentalmente, o ponto nevrálgico de todo o nosso programa baseia-se no combate sem tréguas à inflação. E esse combate vem sendo realizado de uma forma autêntica, sem cartas na manga e sem artificialismos. Pela primeira vez no Brasil promove-se um programa de ajuste econômico muito severo, sem engessamento da economia, sem controle absoluto dos preços. Ao mesmo tempo em que estamos implementando um programa de ajustamento econômico sem precedentes no mundo, estamos também vivendo a fase de maior liberalização de preços já ocorrida na história do País. Se os preços estão caindo, se a inflação está desacelerando, isso está acontecendo dentro das regras do mercado, num processo de desaceleração real, consistente, e não artificial.

Retomada do Desenvolvimento

Jornalista: O Senhor várias vezes, nesses cinco meses, demonstrou uma vontade de que as coisas mudassem já, sem demora, e eu até diria que transpareceu algumas vezes uma raiva, pelo estado em que as coisas estavam. De onde vem essa raiva, de que experiência?

Presidente: Não há, de minha parte, raiva. Há uma indignação. Eu sou uma pessoa indignada com o erro, com a injustiça, com

a miséria, com a ineficiência e com a falta de consciência cívica. E não somente eu. Pertencem a uma geração indignada.

Afinal de contas, o que nós fizemos para merecer uma herança tão incômoda como essa? Baseado nessa indignação eu desejo respostas rápidas, desejo soluções rápidas e eficientes para os problemas brasileiros. E é isso o que venho buscando. Se olharmos o rol de realizações promovido nesse País, verificaremos que esse tipo de mudança é muito maior do que o de ordem econômica ou de ordem administrativa. Há uma mudança cultural; as pessoas estão reciclando a sua visão do País.

E nós não temos tempo a perder. Eu não tenho tempo a perder e nem o Brasil. Já perdemos uma década: a década de 80 foi perdida para o Brasil. E o Brasil somente suportou isso porque é realmente um país extraordinário, que encontrou reservas de resistência para superar o maltrato que sofreu durante uma década.

Estou assumindo a Presidência da República exatamente num ponto de inflexão. Chegamos ao fundo do poço, cabe a mim retirar o País dessa situação. Para isso, precisamos de um impulso muito forte, de uma associação de energia muito grande. Como dizemos no esporte, precisamos da capacidade de explosão do atleta.

Do ponto de vista político, social, administrativo e econômico, o Brasil precisa desse esforço extraordinário para sair rapidamente do fundo do poço, e isso significa equilibrar economicamente o País, fazer retornar os investimentos, buscar a eficiência, a competitividade para se obter a produtividade e, a partir daí, alcançar ganhos reais de salários. Nesse ponto, vamos reingressar na fase de crescimento econômico.

O Modelo

Jornalista: O senhor já viajou muito pelo mundo. Quais os sistemas sociais e econômicos que mais o atraem em outros países?

Presidente: Fundamentalmente, sou uma pessoa defensora da economia de mercado. Entendo que não há solução para nenhum problema, de nenhum país, que não seja via economia de mercado. Pertencço à livre iniciativa e vejo que o sistema que estamos aplicando no Brasil, o da economia de mercado, é o que vai fazer com que esse País funcione.

Alguns dizem que temos um programa liberal. É claro que há regras liberais, mas há uma grande dosagem de preocupação social que, eu diria, não faz parte das preocupações básicas do liberalismo clássico. De acordo com a delegação que recebemos das urnas, que elegeram não somente o candidato à Presidente da República, mas também o seu programa de governo, estamos procurando dar ao Brasil essa face liberal, junto com uma profunda preocupação para com as questões sociais.

As Elites

Jornalista: Quais são as elites deste País? O sistema que o senhor não gosta e não gostava foi administrado por militares, por membros da classe política a que o senhor pertencia.

Presidente: As elites a que me refiro estão em todos os lados. Esse tipo de elite que eu repilo não está localizado apenas, como o termo faz supor, nas classes privilegiadas, aí retratado o industrial ou o grande empresário, ou a classe política detentora do poder. Elas existem em todas as camadas.

As elites que são nocivas ao País são as que têm um discurso em discordância com a sua prática. Do lado dos empresários, por exemplo, pertence a esse tipo de elite aquele que diz que o Estado não pode mais interferir na economia, que tem que repensar o seu papel, que o Estado não pode fazer benemerência com recursos políticos, mas, ao mesmo tempo, é ele o que recebe uma maior colaboração do Estado para seus próprios negócios.

Do lado dos trabalhadores, são aqueles líderes sindicais que vêm com um discurso anacrônico, inteiramente dissociado do real interesse do trabalhador. Dizem que o Estado tem que ser o responsável, tem que tomar conta. E ao mesmo tempo não prezam pela eficiência da aplicação dos recursos do Estado nas áreas por eles dominadas. Esse discurso dessa elite do sindicalismo brasileiro é tão cínico quanto o discurso da outra ponta da linha, o discurso desse tipo de empresário. São essas as elites com as quais eu me indisponho. Eles sabem que comigo não há termo de conversa, e o que eles estão pregando é algo diametralmente oposto àquilo que foi aprovado pela população e à delegação que tenho pra fazer esse programa caminhar.

Dívida Externa

Jornalista: Eu gostaria de falar um pouquinho sobre o papel do Brasil no mundo. O País está dando alguns passos de abertura ao mercado internacional, mas ao mesmo tempo não sei se lá fora vão gostar desse novo Brasil que parece muito duro, por exemplo, quanto à negociação da dívida externa, já que quer mudar a realidade dessa negociação e está propondo aos bancos compromissos individuais. Há uma série de outras coisas que levam grande parte do mundo a se indispor com as atitudes do Brasil. Estou pensando, por exemplo, na área da fiscalização de instalações nucleares.

Presidente: Sobre o primeiro ponto, a questão da dívida externa, deve ficar claro que de nenhuma maneira o Brasil deseja um confronto, e nem haverá esse confronto. Em nenhum instante o País deixará de lado a importância do Comitê Assessor da dívida externa. Em nenhum momento abandonará sua posição de rapidamente equacionar a questão da dívida externa, a fim de demonstrar aos credores internacionais que o País se dispõe a ser um bom parceiro e a ingressar definitivamente no que se convencionou chamar de Primeiro Mundo.

Acho que existe muita confusão em torno desse tema. As declarações que são dadas não refletem o clima de entendimento que está havendo. É de se supor que uma dívida de 112 ou 114 bilhões de dólares não se resolva com a mesma facilidade com que pagamos a nossa dívida de pão e de leite na mercearia no final do mês. É algo muito mais complexo, muito mais delicado. E a prudência exige que trabalhemos em cima de um acordo factível. O meu governo não deseja assinar nenhum tipo de acordo que, no futuro, não tenha possibilidade de honrar. No passado foram assinados 30 acordos e nenhum deles foi cumprido. Porque foram acordos feitos de uma maneira apresurada, sem a atenção devida, sem o cuidado necessário. Este governo dá muito valor à palavra empenhada e à assinatura num documento.

Hoje a questão se coloca de uma forma muito simples. Os bancos estão cumprindo o seu papel, querem receber, e receber tudo. O nosso papel é o de pagar, mas pagar o mínimo possível. É uma relação comercial normal, como a que uma pessoa física tem com o gerente do banco quando vai pagar um título ou um empréstimo. A pessoa negocia para pagar só a metade, deixar o resto para depois... É exatamente isso que estamos fazendo. O fato de termos convidado os bancos credores para conversar individualmente é apenas o atendimento de uma manifestação de vontade por parte de vários bancos que desejavam conversar conosco e exprimiram esse desejo à Ministra da Economia, aos técnicos do Governo brasileiro, durante as viagens que fizeram recentemente à Europa e aos Estados Unidos.

Esse convite não significa que queiramos desprestigiar o Comitê Assessor de Bancos. Absolutamente. Entendemos que o Comitê Assessor é indispensável para que cheguemos a um bom resultado nessa negociação. Enfim, a posição do Brasil em relação à negociação da dívida externa é extremamente positiva. Não se deseja, em momento nenhum, criar qualquer tipo de dificuldade. Mas o País também não abre mão de tentar uma boa negociação, porque se assim não fizermos estaremos traindo o mandato que nos foi dado, que obriga, dentre outras coisas, que lutemos para preservar ao máximo os interesses nacionais. Da mesma forma os banqueiros têm uma exigência, por parte dos acionistas, de buscar, de todas as maneiras, o maior lucro

possível. Não há nada de errado no fato de cada um estar cumprindo o seu papel. Estamos cumprindo o nosso papel no limite das nossas atribuições e com a intensidade que domina as ações de todo o Governo brasileiro.

Programa Nuclear

Jornalista: Outro assunto em que toquei na pergunta anterior foi o da questão dos programas na área nuclear no Brasil...

Presidente: Na minha cabeça, falar da questão nuclear é algo assim como falar do transporte em diligências ou em carruagens. É uma coisa tão fora do momento, tão sem sentido...

Jornalista: Então o Brasil vai dismantelar aquele programa?

Presidente: Não é questão de dismantelar. Nós temos que encontrar uma fórmula. Isso não faz sentido. Argumentam que vamos precisar de energia depois de 2000, depois do ano 2100. Mas no ano 2100 a gente vai estar comprando disquetes de energia na papelaria: «Me dá um megawatt de energia». Você pega o papel e coloca no computador de sua casa, da sua indústria e aquilo fornece energia. A tecnologia está caminhando para isso. Energia nuclear para que? Para fazer bomba atômica? Para que bomba atômica?

Jornalista: O Brasil vai renunciar a qualquer pretensão de ter a bomba?

Presidente: Em nenhum instante o meu governo permitirá que se pense na possibilidade remota de se fazer bomba atômica, até porque a Constituição impede. Acho que o Brasil é um dos poucos países em que na Carta Constitucional existe essa proibição. Segundo a Constituição, a energia atômica, se utilizada, deverá ser apenas para fins pacíficos.

Jornalista: Vamos falar de coisas concretas como a ajuda, o comércio entre o Brasil e o Iraque. O senhor vai mudar a política de venda de material bélico para esse país?

Presidente: Ai temos uma coisa mais abrangente, que é a questão do desenvolvimento, da pesquisa, da ciência e da tecnologia. Hoje, os países do Terceiro Mundo estão sofrendo uma nova forma de colonialismo. Não é o colonialismo clássico, mas o do conhecimento. Os países altamente industrializados, portanto avançados tecnologicamente, querem guardar essa tecnologia em caixas pretas e impedir que outros países tenham acesso a elas. E aí não estou nem tratando da tecnologia nuclear, mas da tecnologia mais simples, como a da preservação ambiental, por exemplo.

É necessário que esse conhecimento que hoje existe no mundo não seja do domínio e patrimônio exclusivos de alguns. O conhecimento científico e tecnológico tem que ser um patrimônio da humanidade, sobretudo quando se pode aplicá-lo em causas nobres como na despoluição, na preservação do meio ambiente, na recuperação de áreas já devastadas, na diminuição de custos industriais e assim por diante.

Além de estarmos sofrendo esse tipo de colonialismo por não termos acesso a tecnologia, ficamos impedidos de dar uma consequência econômica à pouca tecnologia de que dispomos. Temos o avião Tucano, no qual voei outro dia. Temos um carro de combate, o Osório, que ali está. O Osório, especificamente, participou de concorrências internacionais com carros da Inglaterra, da União Soviética, dos Estados Unidos e da França. Ganhou em todos os estágios da concorrência, e não sei por que uma mão invisível se abateu e impediu que essa negociação com a Arábia Saudita até hoje se efetivasse. Em resumo, não nos é proporcionada sequer a possibilidade de darmos consequência econômica à nossa capacidade de estudo e desenvolvimento.

Esse conflito que existe no Golfo nos traz uma indagação. É justo que países armem outros países que têm uma índole beligerante, de modo a que, com essa venda, possam até animar ainda mais essa índole de alguns dirigentes? Sem dúvida, sou a favor de que se criem salvaguardas para evitar que países com essa predisposição para a guerra possam ser armados além do limite aceitável, que é o de se manter as forças armadas razoavelmente equipadas para enfrentar uma agressão externa, por exemplo, ou para a manutenção das suas fronteiras.

Ontem me caiu nas mãos a relação dos equipamentos do exército iraquiano, e o Brasil participa modestissimamente desse equipamento. O maior número de equipamentos que o Brasil vendeu foi de aviões de treinamento Tucano, que talvez não carreguem um revólver dentro deles. Se você for verificar, os outros países forneceram aviões que equivalem ao F-16 americano, com um poder de destruição terrível. Eles têm cerca de 250 desses aviões, têm carros de combate soviéticos, têm aviões americanos... Enfim, o Brasil participou de uma forma muito modesta.

No passado, no relacionamento do Brasil com o Iraque, houve o que me parece um equívoco em relação à questão nuclear. Mas isso é um fato inteiramente superado, com que não temos mais que nos preocupar.

Cultura

Jornalista: Eu queria fazer mais duas perguntas sobre a cultura deste País, porque há histórias muito tristes. Exposições que estão fechadas, um teatro muito bonito do qual eu assisti à inauguração em Manaus... Como é que o senhor sente o prejuízo que as políticas de Governo têm causado?

Presidente: Novamente temos que analisar a história brasileira. O Brasil tem quase 500 anos de descoberto e a produção cultural brasileira sempre foi muito rica, muito dinâmica. O que se

discute agora é um tipo de incentivo que foi dado há cinco anos à cultura brasileira, com uma lei do ex-presidente da República. Tudo se centra nisso. Eu me pergunto: e até há cinco anos atrás, como é que a cultura do Brasil se desenvolveu? De uma forma absolutamente correspondente com as necessidades. Acontece que essa lei, que teve a intenção de fomentar a cultura, o que fez na realidade foi fomentar cartórios e privilégios. Só uns poucos tinham acesso a esse incentivo, e portanto a esse tipo de assistência e de paternalismo do Estado, que filosoficamente não se coaduna com o nosso programa de Governo. E eram exatamente os «medalhões».

Minha família, historicamente, sempre foi muito ligada à cultura. Fui prefeito, fui governador e tive a oportunidade de demonstrar o meu apreço, o meu interesse pela cultura. Mas essa questão atingiu o nível de uma certa histeria que ficou muito acesa no decorrer da campanha eleitoral. A classe artística, e não foi somente ela, outros setores também, ficaram histéricos. Naturalmente, pelas paixões que foram desencadeadas na campanha política e com o processo de reformas que promovemos, essa histeria aumentou de intensidade.

A cultura não foi o único setor que deixou de ser incentivado. O Nordeste deixou de ser incentivado, a região Norte deixou de ser incentivada. É porque temos que fazer uma reavaliação de todos esses incentivos e dar a todos esses setores diretrizes e uma certa forma de apoio, mas sem que se caracterize a intervenção do Estado na produção cultural do País. Não quero uma cultura «chapa branca», não quero uma cultura oficial, nem vivendo de benesses do Governo. Temos que ter um outro enfoque para isso. Mas a discussão, os debates se sucedem de uma maneira apoplética, os artistas estão muito excitados — eles se excitam com muita facilidade — e fica difícil promovermos um debate lúcido, tranqüilo, conseqüente enquanto esse clima perdurar.

Aguardo que se desanuvie esse ambiente, que eles criem as condições necessárias para que possamos dialogar e encontrar as saídas, porque acho que uma das grandes conquistas do mundo civilizado foi exatamente deixar a solução dos seus problemas fora do campo de batalha, do enfrentamento pessoal, e trazê-la

a uma mesa onde possamos todos discutir de uma forma racional, madura e conseqüente.

Essa política de acusações não é uma coisa racional, não é civilizada, até porque eu não tenho nenhum interesse em destruir. O que eu estou fazendo é a construção de um novo País, e para essa construção é necessário que haja participação lúcida da classe artística, e não essa participação histérica, que não leva, efetivamente, a lugar algum.

Meio Ambiente

Jornalista: O senhor se empenha muito na privatização e na redução do papel do Estado. Mas existem áreas nas quais obviamente, o papel do Estado não pode ser descartado totalmente. A proteção ao meio ambiente é uma dessas áreas, e acho que muitos lá fora estão querendo alguma garantia de que o papel do Estado vai ser reforçado nesse sentido, que não vamos ter que esperar a atuação do setor privado brasileiro para cuidar do meio ambiente. Há também uma promessa que o senhor fez durante a campanha para enfrentar o problema habitacional. O senhor prometeu acho que 200 mil casas nos seus primeiros 180 dias de Governo. Como é que estão essas coisas?

Presidente: As 200 mil casas já estão cumpridas. Já assinamos convênio com várias prefeituras, dentro do Programa de Ação Imediata para a área habitacional. Já existem recursos que estão sendo liberados. De modo que, muito antes dos 180 dias, o nosso compromisso já foi resgatado na área habitacional — o que é muito pouco. Como está no próprio nome, trata-se de um programa de ação emergencial. Temos que construir milhões de casas para superarmos o déficit do setor habitacional.

No setor ambiental, a mesma coisa. A Amazônia tem 400 milhões de hectares e nós estávamos sofrendo um processo de devastação numa média de quatro milhões de hectares/ano. Desses 400 milhões de hectares, 40 milhões já estão devastados,

e o que estamos fazendo é uma ação rigorosíssima para evitar novas devastações e recuperarmos essas áreas. No mês passado, fui ao Sul do Pará, a Carajás, e aprovei um projeto de recuperação de 250km² de área, que serão reflorestados com a participação do Estado e da iniciativa privada.

Hoje, a Secretaria do Meio Ambiente está entregue a um homem que é Prêmio Nobel alternativo de ecologia, um homem que não somente tem esse compromisso como lema de vida, mas tem sua respeitabilidade avalizada e garantida em todos os foros internacionais em que se debata o assunto. Ele é tão importante que julgou conveniente, por exemplo, fazer uma carta ao Secretário do Meio Ambiente do Canadá, manifestando certas preocupações. Ele foge das suas obrigações específicas em relação ao Brasil porque é hoje um homem do mundo, uma figura mundial. Tenho muita confiança de que a ação que ele vem desenvolvendo surta efeitos num curto espaço de tempo.

O meu programa não prevê a ausência total do Estado do cotidiano da vida e da economia brasileira. A intervenção do Estado foi muito importante no passado para que construíssemos essa infra-estrutura de que hoje dispomos, a partir da qual alcançamos um nível de industrialização que hoje nos coloca entre as dez potências do mundo ocidental. Acontece que o momento hoje é outro. Essa fase passou. Agora temos que liberar à iniciativa privada essas áreas para que ela atue com mais eficiência do que o Estado, embora isso não signifique renúncia em relação a questões essenciais, que cabem ao Estado prover, no sentido de regras e diretrizes. E o meio ambiente é uma delas, sem dúvida.

Jornalista: Essa carta do Secretário Lutzenberger seria uma mostra de uma nova política do Brasil frente ao Canadá especificamente?

Presidente: Não. Ele manda essas correspondências porque ele e o senhor secretário do Meio Ambiente do Canadá são amigos. Conversam como dois amigos preocupados.

Jornalista: Mas o Brasil vai querer cobrar dos outros países...

Presidente: O Brasil não tem nada a cobrar nem nada a esconder no que tange à questão ecológica. O Brasil tem a oferecer sua participação, uma participação positiva. Nessa questão ecológica temos que deixar de lado os discursos estêreis, as acusações mútuas e partir para uma conversa em que objetivamente tratemos a maneira como cada um de nós pode colaborar com o seu vizinho para diminuir todos esses efeitos poluidores e danosos ao meio ambiente que vêm ocorrendo no mundo. É esse o sentido com que o Brasil participa da discussão.

Jornalista: Muito obrigado, Presidente.

Presidente: Eu que lhe agradeço.

*Entrevista concedida ao jornal canadense
The Globe and Mail por
Sua Excelência o Senhor Fernando Collor,
Presidente da República Federativa do Brasil,
em Brasília, DF,
no dia 24 de agosto de 1990.*